

Famig – Faculdade De Minas Gerais
Curso de Ciências Contábeis

Amanda Lorrane Conceição Mendes
Lucas Rodrigues Leal
Mateus Felipe Ferreira de Freitas

**O CONTROLE INTERNO E SUA RELEVÂNCIA NA PREVENÇÃO DE
ERROS E FRAUDES CONTÁBEIS**

Belo Horizonte - MG
2023

Amanda Lorrane Conceição Mendes

Lucas Rodrigues Leal

Mateus Felipe Ferreira de Freitas

**Um estudo O controle interno e sua relevância na prevenção de
erros e fraudes contábeis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Contábeis da Famig – Faculdade de
Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção
de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. M.Sc. Jacyara Aline Moreira
Santos

Belo Horizonte - MG
2023

Amanda Lorrane Conceição Mendes

Lucas Rodrigues Leal

Mateus Felipe Ferreira de Freitas

**Um estudo O controle interno e sua relevância na prevenção de
erros e fraudes contábeis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Contábeis da Famig – Faculdade de
Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção
de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Prof. M.Sc. Jacyara Aline Moreira Santos (Orientadora)
Faculdade Minas Gerais

Ms. Mariana Pessoa Mascarenhas (Examinadora)
Faculdade Minas Gerais

Prof. Gustavo Andrade. (Examinador)
Faculdade Minas Gerais

Ms. Jaqueline Vilela Araujo Paim (Examinadora Convidada)
Faculdade Minas Gerais

Dedicamos o presente trabalho a toda minha família que vê que o estudo é o melhor caminho para um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar expressando meu profundo agradecimento a Deus por nos conceder a oportunidade de realizar este trabalho e por nos guiar ao longo dessa jornada acadêmica. Sem sua orientação e força, não teríamos chegado até aqui.

Desejo também estender minha gratidão às nossas famílias, que estiveram ao nosso lado, nos apoiando incondicionalmente durante todo o processo. Seu amor, encorajamento e compreensão foram fundamentais para que pudéssemos superar os desafios e alcançar nossos objetivos. Sem vocês, essa conquista não seria possível. Agradeço imensamente aos nossos colegas de trabalho, que generosamente compartilharam suas experiências e conhecimentos. Suas contribuições enriqueceram nosso trabalho, trazendo novas perspectivas que foram fundamentais para o desenvolvimento do nosso TCC.

Quero dedicar um agradecimento especial ao nosso próprio grupo, que enfrentou diversas dificuldades ao longo do caminho. Com perseverança, união e determinação, conseguimos superar os obstáculos e concluir nossa monografia de forma satisfatória e com muito orgulho. A colaboração e o suporte mútuo entre nós foram essenciais para o sucesso do projeto.

Gostaria de expressar minha gratidão também à nossa mentora, e orientadora Jacyara Aline. Sua paciência, dedicação e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento do nosso projeto. Sua experiência e sabedoria foram imprescindíveis para alcançarmos os resultados finais com excelência. Sem a sua ajuda e orientação, não teríamos atingido esse nível de qualidade e profundidade em nossa pesquisa.

Por fim, agradeço a todos ao nosso redor que tiveram paciência conosco ao longo dessa jornada. Reconhecemos os desafios e a complexidade do trabalho realizado, e valorizamos imensamente o apoio e a compreensão que recebemos de todos. A todos mencionados e a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso do nosso TCC, expresso meus mais sinceros agradecimentos.

Resumo

O presente estudo tem por finalidade, mostrar e evidenciar a importância do controle interno dentro de uma instituição privada. Utilizamos como base sustentadora as normas de contabilidade para avaliação do controle interno e como é desenvolvido. Mostrando que essa ferramenta pode ser uma boa opção para evitar problemas futuros na organização, entretanto se não aplicada rigorosamente pode apresentar falhas e erros, causando impactos significativos dentro da instituição, além disso deixar brechas para ocorrer fraudes e erros. É importante ressaltar que é de extrema necessidade que todos os colaboradores da instituição estejam cientes de como deve ser utilizada essa ferramenta. Na presente monografia iremos apresentar como se inicia um projeto de controle interno pode ser eficaz ou não.

PALAVRAS CHAVE: Contabilidade, Controle interno, Planejamento

Abstract

The purpose of this study is to show and highlight the importance of internal control within a private institution. We used accounting standards as a supporting basis for assessing internal control and how it is developed. Showing that this tool can be a good option to avoid future problems in the organization, however if not strictly applied it can present failures and errors, causing significant impacts within the institution, in addition to leaving gaps for fraud and errors to occur. It is important to emphasize that it is extremely necessary that all employees of the institution are aware of how this tool should be used. In this monograph we will present how to start an internal control project and whether it can be effective or not.

KEYWORDS: Accounting, Internal control, Planning

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Contextualização do Tema	11
1.2 Justificativa	11
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Objetivo Geral.....	12
1.3.2 Objetivos Específicos	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Contabilidade e sua Evolução.....	13
2.2 Principais Escolas Contábeis.....	15
2.2.1 Escola Contista	15
2.2.2 Escola Lombarda	17
2.2.3 Escola Toscana.....	17
2.2.4 Escola Alemã	17
2.2.5 Escola Veneziana	18
2.3. Responsabilidade do profissional contábil	19
2.4. Auditoria externa.....	20
2.5. Auditoria Interna.....	24
2.6. Controle Interno	28
2.7. Análise de risco do controle interno	30
2.8. Prevenção de erros e fraudes.....	31
3. METODOLOGIA	33
3.1. Principais benefícios do planejamento do controle interno	34
3.2. Levantamento de informações e solicitação de documentos.....	34
3.3. Desenvolvimento do plano de ação para retificação.....	35
4. ANÁLISE - IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORIAS	37
4.1. Identificação e classificação das contas	37
4.2. Regularização das Contas de Fornecedores	37
4.3. Avaliação dos Juros de Curto e Longo Prazo	38
4.4. impactos nas contas bancárias, de caixa e de estoque	38
4.5. Aporte de capital	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

O controle interno moderno tem suas raízes na década de 1930, quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei de Valores Mobiliários de 1933 e a Lei de Valores Mobiliários de 1934, que exigiam que as empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (SEC) mantivessem controles internos eficazes sobre as informações financeiras.

Posteriormente, em 1987, o Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO) publicou o relatório "Controle Interno - Estrutura Integrada", que definiu o controle interno como um processo conduzido pela administração que fornece uma garantia razoável sobre a eficácia e eficiência das operações, a confiabilidade das informações financeiras e a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Desde então, o controle interno evoluiu continuamente para incluir a gestão de riscos e a segurança da tecnologia da informação. Hoje em dia, o controle interno é visto como uma parte integrante da governança corporativa e uma das principais funções de suporte da administração.

O objetivo do controle interno é minimizar os riscos, e assegurar que o planejamento organizacional seja alcançado de maneira efetiva e eficiente, fornecendo segurança e garantia, de que a empresa esteja alcançando as metas estabelecidas para o funcionamento do negócio, de forma adequada e ética.

Embora muitas vezes mencionado em um ambiente financeiro, o controle interno atua em todas as áreas da instituição, incluindo contabilidade, recursos humanos, compras, produção, marketing, tecnologia da informação e entre outras áreas. O controle interno monitora as atividades diárias e os processos da companhia, para assegurar que as operações estejam sendo executadas de acordo com os padrões definidos pelos gestores da entidade, a fim de cumprir as leis e os regulamentos aplicáveis.

Além disso, o controle interno é responsável por identificar e avaliar os riscos associados às atividades da corporação e implementar medidas de mitigação para minimizar riscos e fraudes, que conseqüentemente gera prejuízos para a mesma.

Imagem 1 - Controle Interno



Fonte: MMP Cursos

1.1. Contextualização do Tema

Diante dos conceitos apresentados e discutidos na parte introdutória no que tange o controle interno, podemos identificar seus objetivos e suas responsabilidades, mesmo sem aprofundar no assunto que será tratado em tópicos adiante, que dará sustentação para a nossa monografia. No entanto, esse estudo visa elucidar a seguinte pergunta de partida: a adoção do controle interno nas empresas privadas, é efetivo na prevenção de riscos e fraudes contábeis?

Esse questionamento surge a partir da seguinte perspectiva, o conceito do controle interno é claro e seu objetivo é bastante específico, entretanto, o uso dessa ferramenta nas organizações privadas, seria ou não suficiente para identificar e apontar os riscos e fraudes contábeis.

1.2 Justificativa

Compreender a real importância do controle interno é o que agrega vantagem competitiva nas organizações, pois qualquer instituição pode adotar o uso do controle interno, aplicar suas medidas, políticas e os procedimentos desse sistema.

Contudo para se dar o primeiro passo, é necessário entender a contextualização do controle interno, e todo o conceito que ele abrange, e como ocorre sua aplicação no dia a dia da companhia.

Sendo assim, conhecer mais a fundo o tema disposto e perceber a relevância da correta utilização desse controle, é fundamental para a gestão e sobrevivência do negócio. Pois o sistema vai além de determinar procedimentos, normas que visam organizar a entidade e fazer com que todos os processos internos sejam cumpridos, pois é capaz de evitar erros, fraudes, crises e possíveis prejuízos, assim são gerados dados seguros que permitem identificar falhas e reverter o problema antes que ele coloque a saúde financeira e contábil da empresa em risco.

Há poucos estudos que definem a relevância desse sistema para apontamento de falhas que ocorrem nas organizações e justificam as “perdas financeiras”, e conseqüentemente um declínio significativo para manter o negócio. A fim de preencher essa lacuna e mostrar o quão esse sistema é relevante propôs-se o tema em estudo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Em busca de esclarecer a pergunta de partida, foi definido o seguinte objetivo geral: investigar se o controle interno nas organizações privadas possui relevância na identificação e prevenção de erros e fraudes contábeis.

1.3.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, ocorreu a delimitação de quatro objetivos específicos:

- 1º - Conceituar o controle interno identificando seu papel de atuação na prevenção de erros e fraudes contábeis;
- 2º - Explicitar quais os conjuntos de medidas e normas estão sendo utilizados nas empresas privadas, para estabelecer a política do controle interno nas instituições;

3º - Descrever quais procedimentos técnicos estão sendo aplicados no cotidiano da corporação, para avaliar a efetividade do controle interno;

4º - Apresentar se o controle interno, previne efetivamente riscos e fraudes contábeis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade e sua Evolução

Imagem 2 - Símbolo da contabilidade.



Fonte: Wikipédia

A Contabilidade surgiu em decorrência das necessidades diárias da humanidade de controlar e manter seus negócios organizados em uma era mercadológica que crescia gradativamente. No entanto, a Contabilidade é uma ciência que tem como finalidade medir a realidade econômica de uma organização a fim de permitir o planejamento e controle adequados de entidades econômicas, tendo como um dos principais fundamentos zelar pela continuidade da instituição.

Essa ciência é responsável pelas informações financeiras, pelas obrigações fiscais e legais das empresas. Não existe uma data precisa para o surgimento da contabilidade, mas o que se sabe é que foi há 2.000 a.c. com o intuito de manusear o patrimônio, a contabilização começou de forma mais lenta até o surgimento da moeda.

Segundo Ludicibus (2010, p.16):

“[...] a contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa. Se quisermos ser pessimistas, é tão antigo quanto o homem que conta que é capaz de simbolizar os objetos e seres do mundo por meio da escrita”.

Ao longo dos anos, houve um excelente crescimento para a área da contabilidade, isso se deve pelo avanço da tecnologia que abriu um grande leque para essa

categoria, mostrando o quão necessário é ter um contador profissional para cuidar mais de perto da saúde da empresa. De acordo com Ludícibus, Martins e Carvalho:

Ludícibus e Marion (2009) descrevem que a contabilidade vem a ser um instrumento que auxiliará a administração nas tomadas de decisões, com a coleta de dados econômicos e na mensuração, registrando-os em forma de relatórios ou comunicados.

Com o intuito de aprimorar mais e auxiliar na expansão desta área, a era digital tem auxiliado os profissionais, as ferramentas digitais na atualidade tornou essencial para o crescimento dos escritórios, com sistemas mais atualizados e eficaz, com a integração de informações entre cliente e empresa por meio digital agilizou mais o processo para que conseguissem pontuar os acertos e os erros.

A contabilidade quando utilizada na sua forma gerencial, deve demonstrar à entidade além do lucro e da rentabilidade, o seu real valor econômico que é gerado através de suas atividades. Com a atualização mercadológica, a contabilidade tem como objetivo demonstrar instrumentos decisivos e precisos para o crescimento da entidade.

Com isso percebemos que o modelo antigo não se enquadra mais nas necessidades dos gestores, que precisam de soluções mais ágeis e dinâmicas, esse fator tem como fundamento o objetivo de se obter a maximização de riquezas dos acionistas.

Com isso, percebe-se que a atuação da contabilidade vai além do ambiente interno da empresa e deve obter informações externas. Ao analisarmos essas pontuações, observamos o quão extensa é a contabilidade.

A contabilidade é ramificada em vários segmentos, um deles é a necessidade da auditoria externa e interna e do controle interno para conter os erros e eventuais fraudes, Figueiredo e Fabri assim definem:

Imagem 3 - Serviços Contábeis Diversos.



Fonte: Figueiredo e Fabri, 2000.

Diante de tantas informações fornecidas pela contabilidade, a mesma pode desempenhar um papel importante na redução de incerteza aos seus usuários, pois têm maior credibilidade, se comparadas às outras fontes de informações. Assim as informações devem ser geradas com objetividade e profissionalismo, garantindo transparência, capacidade de compreensão, comparabilidade e relevância.

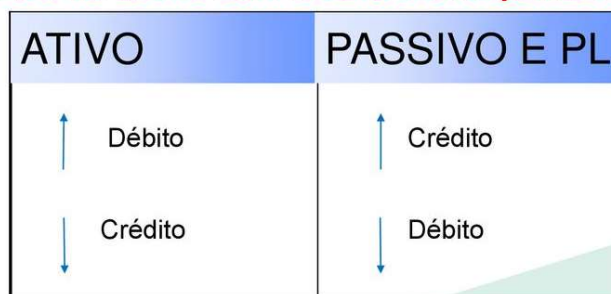
2.2 Principais Escolas Contábeis

2.2.1 Escola Contista

Segundo José Ribeiro Filho, a escola contista foi a primeira escola do pensamento contábil, que tinha como base a apuração das contas a receber e das contas a pagar, as escriturações eram realizadas a partir das partidas dobradas, ou seja, para todo débito a um crédito.

Imagem 4 - Método das partidas dobradas

Não há débito sem crédito correspondente



Fonte: Estácio

Escrita por frei Luca Pacioli em meados do século XV, entretanto foi no século XVII que essa teoria se desenvolveu através de estudiosos franceses. Ao longo dos anos esse estudo foi aperfeiçoado por Edmund Degranges, trouxe a teoria das cinco contas:

- *Mercadorias,
- *Dinheiro,
- *Contas a receber,
- *Contas a pagar,
- *Lucros e perdas.

Essa obra escrita por Pacioli teve grandes impactos e relevância para a contabilidade, pois foi a partir do método das partidas dobradas que a contabilidade teve maior visibilidade.

Imagem 5 - Frei Luca Pacioli



Fonte: ACCPR

2.2.2 Escola Lombarda

Segundo Sérgio de Iudícibus, essa escola veio para mostrar que a contabilidade não era apenas uma tarefa de escrituração e guardar livros, mas que poderia ser aplicada por qualquer pessoa inteligente.

Para Francesco Villa (autor dessa teoria), a contabilidade era muito vasta e estava interligada às normas e práticas de controle do patrimônio. Essa escola tinha como princípio doutrinário que as contas contábeis fossem registradas com base nos seus valores e não a relações pessoais, para Villa, o estudo da administração era fundamental, com essa idealização a contabilidade começou a controlar também a gestão e não apenas as escriturações, assim, ampliou o leque da contabilidade num todo.

2.2.3 Escola Toscana

Segundo José Ribeiro Filho, a Escola Toscana, conhecida também como Escola Personalista, surgiu em contrapartida a escola Contista, na segunda metade do século XIX, o principal autor desta obra foi Francesco Marchi tinha como objetivo fazer com que as contas virassem pessoas, que possuíssem direitos e obrigações, com foco no patrimônio.

De acordo com Schmidt e Santos 2006, para os estudiosos dessa obra, toda instituição possui um administrador, por tanto esse administrador seria o responsável por todas os direitos e obrigações da empresa, inclusive a as contas do proprietário, essas contas foram segmentadas em quatro modelos: consignatários, correspondentes, administradores e proprietários.

2.2.4 Escola Alemã

Segundo José Ribeiro Filho, com início no século XX, essa escola trouxe diversas teorias que auxiliaram na estruturação do balanço contábil, que colaborou para a evolução da atual estrutura contábil a qual conhecemos. A Escola Alemã trouxe uma separação mais clara das demonstrações contábeis e também do balanço patrimonial. Entretanto, nem todas as doutrinas utilizadas por estudiosos dessa escola foram incluídas nas leis.

Segundo Schmidt; Santos (2008, p. 104):

Alguns movimentos contábeis, antes do final do século XIX, já haviam se destacado na Alemanha. Um dos maiores tratadistas alemães foi Matheus Schwartz, que levou para a Alemanha, no século XVI, o método de partidas dobradas, após um período de treinamento em Veneza. No século XVII, foi a vez de os franceses influenciarem a contabilidade alemã, especialmente Jacques Savary e M. de la Porte. Contudo, foi Heinrich Magelsen, um prático contábil alemão, que contribuiu, em 1772, com a ideia de depreciação de ativos. A primeira grande obra reconhecidamente alemã de contabilidade financeira foi escrita, em 1886, por Herman Veit Simon

Imagem 6 - Mapa da Alemanha



Fonte: Google Maps

2.2.5 Escola Veneziana

Criada por Fábio Besta em 1880, conhecida também como controlismo, esse modelo defendia a contabilidade como uma ciência do controle econômico, que tinha como foco analisar a riqueza de uma organização. Para Besta a contabilidade é para apenas para controle econômico,

A administração econômica de Besta compreende três séries de esforços: Gestão: que visa a administração do patrimônio; Direção: que busca a harmonia entre administração econômica e as relações internas e externas da entidade; Controle: que visa impedir o desperdício, antes, durante e depois (papel da contabilidade) (Schmidt e Santos, 2006, pag. 59).

Para os defensores da tese do controlismo acreditavam que o controle poderia ser realizado antes mesmo dos fatos econômicos geradores, ou após a divulgação do balanço patrimonial. Besta foi o principal estudioso diante dessa obra, mas contou com ideias de outros estudiosos que fizeram parte dessa obra, tais como: Vittorio Alfieri, Carlo Ghidiglia, Francesco De Gobbis, Pietro Rigobon, Pietro D'Alvise e Benetto Lorusso.

Imagem 7 - Fabio Besta (1845- 1922)



Fonte: Phaidra

2.3. Responsabilidade do profissional contábil

Conforme disposto na lei Nº 10.406/2022:

Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

A função de contador possui uma grande responsabilidade nas apurações de impostos e lucro, o surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multi geograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

(ATTIE, 2018, p. 39).s, controle patrimonial, financeiro, controlando também o livro de registro e controle de funcionários.

Como responsável por uma organização, o contador responde tanto pelas obrigações fiscais quanto pelas obrigações tributárias, com o auxílio do profissional contábil a tomada de decisões são mais assertivas. o contador auxilia também no cumprimento de prazos, assim evitando multas, penalidades seja no âmbito municipal, estadual ou federal, e até mesmo prezando pelo princípio da continuidade do exercício da empresa.

Podemos concluir que a responsabilidade do contador tem início a partir do recebimento dos dados e informações do cliente, de forma instantânea e concisa, fica a cargo do contador também o controle de créditos tributários e aplicações das alíquotas conforme a tributação da entidade. Visto isso, podemos afirmar que o gestor e o contador andam lado a lado na administração da empresa, pois a contabilidade é uma gestão de controle essencial para qualquer tipo de negócio legalmente constituído.

2.4. Auditoria externa

A prática da auditoria teve seu início na Inglaterra, no ano de 1314, com o propósito de supervisionar os registros contábeis. No entanto, foi a criação da Security and Exchange Commission (SEC) em 1934, nos Estados Unidos, que marcou um impulso significativo para a profissão de auditoria.

A partir desse momento, as empresas que transacionavam ações na Bolsa de Valores foram obrigadas a contratar os serviços de auditoria, visando aumentar a transparência e a confiança nas finanças corporativas.

Vale ressaltar o surgimento da auditoria por Attie (2018, p. 39):

No contexto brasileiro, a auditoria também evoluiu com a entrada de capital estrangeiro para investimento em empresas brasileiras. A Lei 6.404/1976, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas, foi outro marco importante na evolução da auditoria no país. Essa legislação estabeleceu as regras para a constituição e o funcionamento das sociedades anônimas, além de definir as responsabilidades dos administradores e dos auditores independentes.

A partir da Lei das S/A, tornou-se obrigatório para as empresas manterem auditores independentes para realizar a auditoria de suas finanças, representando um grande avanço para a transparência e a confiabilidade das informações contábeis e financeiras fornecidas pelas empresas. Onde, Benites (2017, p. 08) cita que:

No Brasil a auditoria evoluiu com as instalações de organizações internacionais de auditoria, filiais estrangeiras, promulgação pelo Banco Central das normas de auditoria, criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei 6.404/1976 (Lei das S/A), financiamentos de empresas brasileiras em instituições internacionais e investimentos internacionais, uma vez que estas precisavam que suas demonstrações tivessem sido auditadas. (BENITES, 2017, p. 08)

Além da auditoria externa, existe também a auditoria interna, que desempenha um papel fundamental na prevenção de erros e fraudes contábeis.

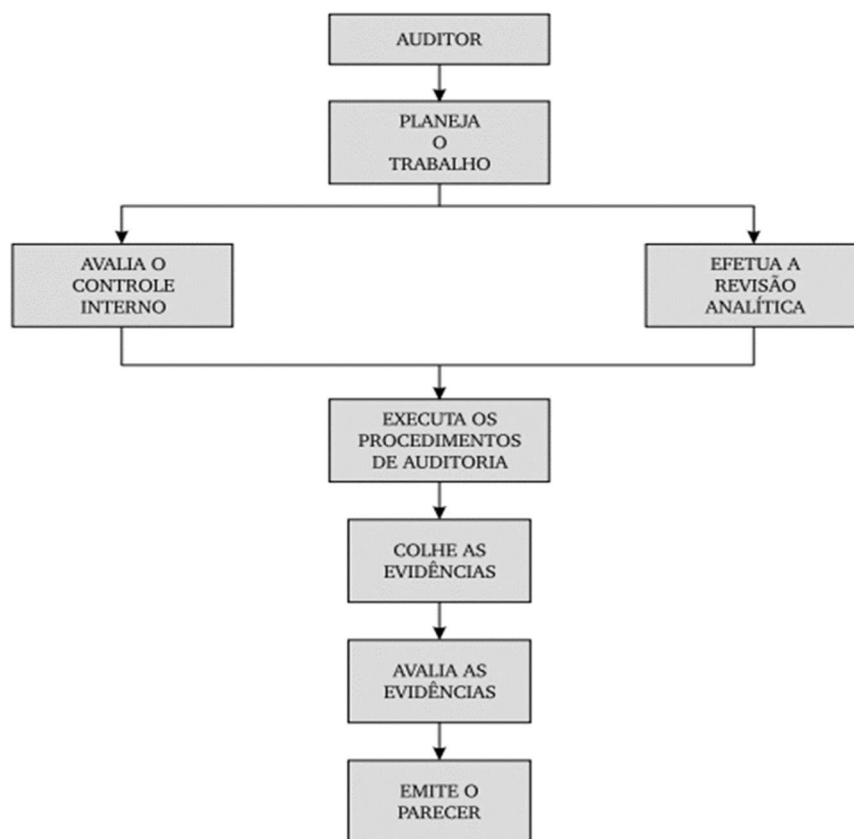
O principal objetivo do auditor externo ou independente é emitir sua opinião sobre as demonstrações financeiras onde suas peças básicas para avaliar e dar sua opinião são:

- balanço patrimonial;
- demonstração do resultado do exercício;
- demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- demonstração dos fluxos de caixa;
- demonstração do valor adicionado;
- notas explicativas.

Para alcançar esse objetivo, o auditor independente precisa realizar um planejamento adequado de seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado às atividades contábeis e realizar uma revisão analítica das contas de ativos, passivos, despesas e receitas. Isso permite determinar a natureza, datas e extensão dos procedimentos de auditoria necessários, coletar evidências que comprovem as

informações das demonstrações financeiras e avaliar a confiabilidade dessas evidências.

Imagem 8 - Passos de auditoria

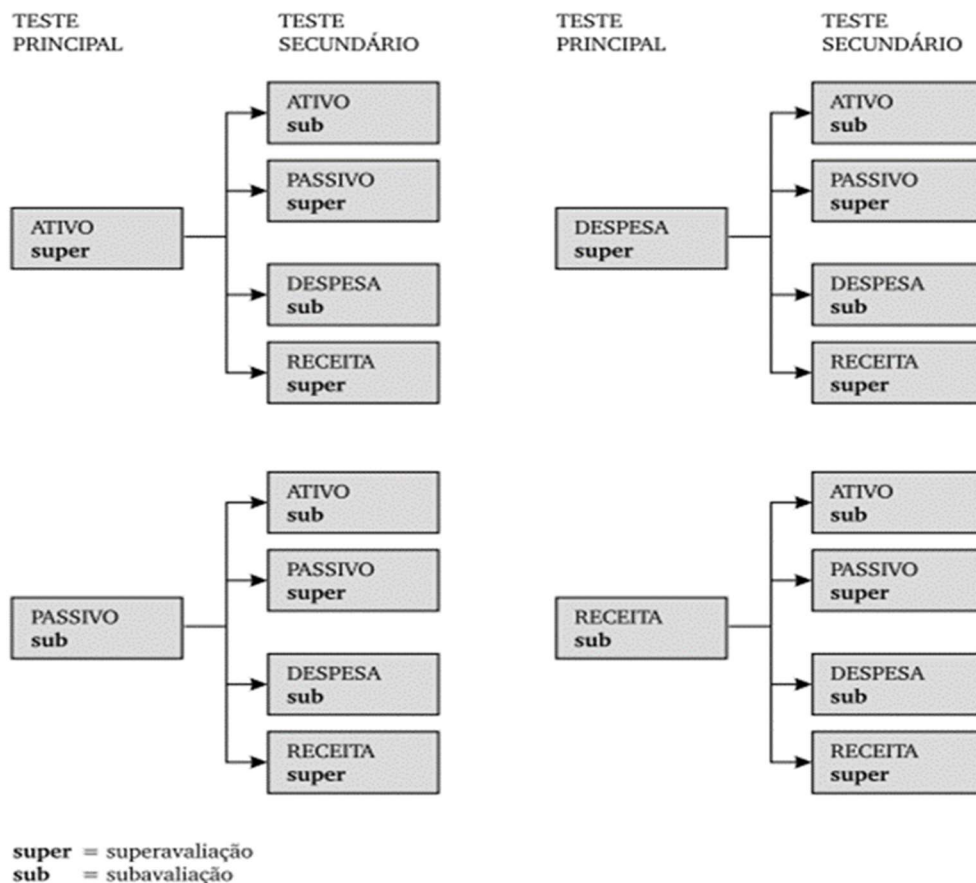


Fonte: Marcelo Cavalcanti Almeida, 2012

Com base na estrutura avaliada acima, são aplicados testes para assegurar a veracidade e a precisão das informações, bem como identificar possíveis subavaliação ou superavaliação nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado dos exercícios. Esses testes são realizados em duas etapas, denominadas teste primário e teste secundário, que estão relacionados especificamente ao âmbito do balanço. O teste primário visa analisar minuciosamente os registros contábeis, verificando a correta mensuração dos ativos, passivos, despesas e receitas, com o objetivo de identificar eventuais erros ou omissões. Já o teste secundário consiste em uma análise mais aprofundada, buscando identificar possíveis distorções significativas nos saldos das contas patrimoniais e nas demonstrações financeiras, por meio da aplicação de técnicas adicionais, como procedimentos analíticos e revisão de documentação de suporte. A combinação desses testes primário e secundário

proporciona uma abordagem abrangente para avaliar a integridade e a fidedignidade das informações contábeis, permitindo uma análise mais precisa e confiável do balanço. Conforme a figura abaixo;

Imagem 9 - Direção dos Testes



Fonte: Marcelo Cavalcanti Almeida, 2012

A auditoria desempenha um papel crucial no ambiente empresarial, fornecendo confiança e segurança sobre a integridade das informações contábeis e financeiras. Para garantir um resultado eficaz da auditoria, é essencial que sejam utilizadas normas adequadas que norteiam o processo de forma consistente e abrangente. Nesse contexto, as normas NBC TA (Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Cooperativo) e as normas contábeis CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) desempenham um papel fundamental, proporcionando diretrizes e orientações específicas para a condução dos trabalhos de auditoria.

As normas NBC TA estabelecem os princípios e procedimentos aplicáveis à auditoria das demonstrações contábeis de entidades do setor cooperativo. Elas visam garantir a conformidade das práticas contábeis com os padrões e regulamentos específicos desse setor, levando em consideração suas particularidades e características distintas. Ao seguir as normas NBC TA, os auditores podem avaliar adequadamente o desempenho financeiro das cooperativas, identificando eventuais riscos e irregularidades, além de assegurar a transparência e confiabilidade das informações apresentadas.

As normas contábeis CPC, por sua vez, são responsáveis por estabelecer princípios, critérios e diretrizes contábeis a serem seguidos pelas entidades em geral. Elas fornecem orientações para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, garantindo a uniformidade e comparabilidade das informações contábeis. Ao considerar as normas CPC durante a auditoria, os profissionais podem avaliar se as demonstrações estão em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis, identificando possíveis distorções ou não conformidades.

A utilização das normas NBT CA e CPC de forma conjunta é essencial para um resultado eficaz da auditoria. Ao integrar os princípios e procedimentos dessas normas, os auditores podem garantir uma abordagem abrangente e consistente em seu trabalho. As normas NBC TA fornecem orientações específicas para o setor cooperativo, enquanto as normas CPC estabelecem as bases contábeis gerais. Essa combinação permite uma avaliação precisa das demonstrações contábeis, identificando potenciais riscos e irregularidades de acordo com as práticas contábeis adequadas.

2.5. Auditoria Interna

Como dizia Dias (2015, p.03) “O auditor interno é um colaborador da empresa, contratado e incluído no seu organograma funcional.”. Ou seja, a auditoria interna é um departamento independente dentro de uma empresa que verifica se as coisas estão funcionando corretamente. Seu trabalho é garantir que as regras e

regulamentos sejam seguidos e reduzir os riscos associados às atividades da empresa.

Através da auditoria interna, é possível analisar como os processos internos estão sendo feitos, identificar problemas e sugerir melhorias. Ela também ajuda a detectar erros e fraudes nas informações financeiras, tornando-as mais seguras e confiáveis. Os auditores internos têm acesso às informações e processos da empresa, o que lhes permite fazer análises detalhadas e dar sugestões para melhorar o controle interno e a gestão financeira.

Vejam os que diz a Norma Brasileira de Contabilidade que trata da Auditoria interna, a NBC TI 01 – Auditoria interna:

A auditoria interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamento e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos. (NBC TI 01, item 12.1.1.3).

A atividade da auditoria interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos por meio de recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios. (NBC TI 01, item 12.1.1.4).

Conforme exposto na norma, a auditoria interna visa agregar valor ao resultado da organização, apresentando formas de aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos. Nesse sentido, segundo Lins (2015, p.05) “a auditoria interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros.”

Para Attie (2011, p. 286) a auditoria interna “é um controle administrativo que mede e avalia a eficiência de outros controles.” Para melhor controle dos processos, faz-se necessário que a auditoria interna seja desenvolvida continuamente ao longo do tempo.

Via de regra, o trabalho da auditoria interna tem início a partir do conhecimento do controle interno da empresa, pois é o ponto de partida para início aos trabalhos a serem realizados pelo auditor (ATTIE, 2011).

O controle interno compõe uma série de procedimentos que visa demonstrar como cada atividade da empresa deve ser executada. À medida que esses controles são

fiscalizados periodicamente, os erros são identificados pelos próprios funcionários da empresa e quando não identificados realiza-se a auditoria interna. Lins (2012, p.2013) definiu claramente o conceito de controle interno:

O controle interno pode ser definido como um processo integrado e operado pela empresa como um todo, com a intenção de fornecer razoável segurança tanto às atividades administrativas quanto às operacionais, de forma a diminuir as possibilidades de desvio de ativos, desobediências às normas internas, bem como de erros não intencionais. (LINS, 2012, p.2013)

O controle interno dos processos é de fato de extrema importância para a organização. À medida que as empresas crescem, faz-se necessário e checagem desses controles e emissão de relatórios que auxiliem a alta administração no gerenciamento da organização.

Compete ao auditor interno o estudo e a avaliação do controle interno como base de determinação da extensão da auditoria e para fornecer-lhe o conhecimento geral sobre a empresa, quer nos ciclos em exames ou na empresa como um todo. (ATTIE, 2011, p.287).

De nada adianta ter um excelente sistema de controle interno, se a empresa não realiza a checagem periódica se o que foi determinado pelo sistema está sendo cumprido pelos funcionários, ou se o sistema deve ser aprimorado. Para Attie (2011, p.287) “A finalidade da revisão quanto à qualidade do desempenho é assegurar que os objetivos da organização foram atingidos.”

Como em qualquer outra auditoria, é de suma importância estabelecer um planejamento detalhado para a execução dos trabalhos. Esse planejamento é fundamental para orientar todas as etapas do processo de auditoria e garantir a eficácia e eficiência na obtenção dos resultados desejados. Nesse sentido, as normas regulatórias, como as Normas Brasileiras de Técnica de Contabilidade Aplicadas à Auditoria Interna (NBTCA), desempenham um papel fundamental ao fornecer diretrizes e orientações específicas para a elaboração desse planejamento. A seguir as normas estabelecidas, os auditores internos asseguram a utilização de abordagens adequadas, a definição de procedimentos específicos e a identificação dos riscos a serem avaliados. Dessa forma, o planejamento abrange aspectos como a definição do escopo da auditoria, a identificação das áreas a serem auditadas, a alocação de

recursos, a determinação dos prazos e a elaboração de um plano de trabalho abrangente de acordo com a norma.

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. (NBCT 01 ,item 12.2.1.1)

A auditoria interna requer a utilização de papéis de trabalho para verificar a precisão e a veracidade dos registros recebidos, assim como a auditoria externa, uma vez que a auditoria interna prepara a instituição para ser auditada. Nas normas NBC TI 01, são destacadas as principais importâncias dos papéis de trabalho.

Os papéis de trabalho são documentos e registros utilizados pelos auditores para documentar o planejamento, a execução e os resultados dos procedimentos de auditoria. Eles desempenham um papel fundamental no processo de auditoria interna, fornecendo uma trilha de auditoria clara e consistente. Como é citada na norma NBC TI 01.

A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.

Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.

Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

Análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos devem ter sua integridade verificada sempre que forem anexados aos papéis de trabalho. (NBCT 01 ,12.1.2 Papéis

de Trabalho ,nos itens 12.1.2.1 ,12.1.2.2 ,
12.1.2.3, 12.1.2.4)

Após a conclusão dos procedimentos, é emitido o relatório de auditoria interna, no qual são apresentados os resultados dos trabalhos realizados. Esse relatório é redigido com objetividade e imparcialidade, destacando claramente as conclusões, as recomendações e as providências que devem ser tomadas.

O relatório de auditoria interna desempenha um papel crucial ao comunicar os achados e as conclusões da auditoria. Ele serve como uma ferramenta de comunicação efetiva entre os auditores internos, a alta administração e outros stakeholders relevantes. A qualidade e a clareza do relatório são essenciais para transmitir as informações de forma precisa e compreensível. Conforme a normal.

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade. (NBCT 01 ,item 12.3.1)

Com entendimento claro das auditorias e seus papéis, o controle interno está interligado diretamente com ambas para ter resultados mais eficazes.

2.6. Controle Interno

O controle interno pode ser definido como um conjunto de atividades, metodologias e indicadores que são utilizados para interligar as áreas da empresa através de um planejamento organizacional que será instituído pela alta administração até, passando por todos os níveis hierárquicos até chegar no nível operacional.

De acordo com FRANCO e MARRA, 2001, p.267, essa ferramenta surge a partir da necessidade de aprimorar os procedimentos utilizados dentro da organização, o controle interno é mais visto no setor de planejamento de uma empresa, tal controle pode ser descrito como “instrumentos destinado à vigilância, fiscalização e verificação

de informações e dados que permite prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos dentro da empresa, refletindo em seu patrimônio”.

Podemos definir como um bom controle interno a seguinte distribuição:

a) Plano de organização: A estrutura organizacional deve ser adequadamente dividida para estabelecer as relações de autoridade e responsabilidade entre os diversos níveis de trabalho.

b) Métodos e medidas: definem as estratégias e critérios de avaliação para alcançar o objetivo definido.

c) Proteção do patrimônio: engloba o sistema que garante e define os bens e direitos da empresa, protegendo seus interesses.

d) Exatidão e fidedignidade dos dados contábeis: englobam a precisão adequada e o cumprimento dos elementos contábeis, a fim de assegurar a confiabilidade do registro contábil.

e) Exatidão e fidedignidade dos dados contábeis: englobam a precisão adequada e o cumprimento dos elementos contábeis, a fim de assegurar a confiabilidade do registro contábil.

f) Políticas administrativas: abrangem o conjunto de diretrizes que regem a gestão dos negócios e orientam a aplicação dos princípios, normas e funções para obtenção dos resultados.

O controle interno desempenha um papel fundamental na organização, exercendo diversas atribuições que contribuem para o seu bom funcionamento. Destacam-se segundo Franco e Marra ,as seguintes funções do controle interno:

[...] assegurar que não ocorram erros potenciais, através do controle de suas causas, destacando-se entre objetivos específicos e atingidos: como se antecipar, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, práticas antieconômicas e fraudes; salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto a sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo; permitir a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando à eficácia, eficiência e economicidade dos recursos; observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos (Franco e Marra, 1992, p. 104).

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16.8), estabelece os principais objetivos que o controle interno deve seguir:

- salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- contribuir para a promoção da eficiência operacional da companhia;
- auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

2.7. Análise de risco do controle interno

O controle interno trabalha com uma matriz de risco para cada área e para cada tipo de segmento em que a empresa atua. Isso ocorre porque as áreas operam de maneiras diferentes e têm aplicações distintas. A análise adequada direciona corretamente às áreas específicas.

Uma análise de risco de controle interno é um processo que envolve a identificação e avaliação dos riscos associados aos sistemas de controle interno de uma organização. O objetivo dessa análise é identificar possíveis falhas nos controles internos que possam levar a erros, fraudes ou perdas significativas. Além disso, a análise de risco de controle interno permite que a empresa priorize seus recursos e esforços de maneira mais eficiente, concentrando-se nos riscos mais relevantes e significativos. Conforme disposto nas normas brasileiras de contabilidade NBCT 16.8 para realizar uma análise de risco de controle interno, é necessário que as organizações sigam algumas etapas:

Identificação dos riscos: Nessa etapa, são identificados os riscos potenciais que podem afetar os processos de controle interno da organização. Isso pode ser feito por meio de entrevistas com funcionários, revisão de documentação e políticas internas, análise de incidentes passados e observação direta dos processos.

Avaliação dos riscos: Após a identificação dos riscos, é importante avaliar a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial de cada um deles. Essa avaliação pode ser realizada por meio de métodos quantitativos, como análise estatística, ou por meio de julgamento qualitativo, utilizando a experiência e conhecimento dos especialistas envolvidos. Os riscos mais relevantes e significativos devem ser priorizados para que a empresa possa dedicar seus recursos e esforços na mitigação desses riscos em primeiro lugar.

Desenvolvimento de planos de ação: Com os riscos identificados e priorizados, é necessário desenvolver planos de ação para mitigar ou controlar esses riscos. Esses planos podem incluir a implementação de controles adicionais, treinamento de funcionários, revisão de políticas internas ou qualquer outra medida que seja necessária para reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados.

Monitoramento e revisão: Uma vez que os planos de ação sejam implementados, é fundamental monitorar e revisar periodicamente a eficácia dos controles internos e a mitigação dos riscos. Isso permitirá que a empresa faça ajustes e melhorias contínuas, garantindo a efetividade dos controles internos ao longo do tempo.

É importante ressaltar que a análise de risco de controle interno deve ser um processo contínuo e integrado à cultura organizacional. Os riscos empresariais estão sempre evoluindo, e as organizações devem estar preparadas para identificar e lidar com novos riscos à medida que surgem.

2.8. Prevenção de erros e fraudes

Diferente do que muitos acreditam, a auditoria não tem como principal objetivo detectar erros e fraudes, mas sim dar sua opinião (parecer) sobre melhorias e adequações a serem realizadas. Em casos que sejam identificados erros ou fraudes, é papel do auditor demonstrar para a administração da organização, sugerindo também alterações e correções das demonstrações contábeis.

Mas afinal qual seria a diferença entre o erro e a fraude?

ERRO: “Ação ou consequência de errar, de se enganar ou de se equivocar.”

FRAUDE: “É o crime ou ofensa deliberadamente enganar outros com o propósito de prejudicá-los, usualmente para obter propriedade ou serviços dele ou dela injustamente”.

Como podemos perceber a principal diferença entre os dois são a sua intenção ou não em ter vantagens, mas ao auditor ao identificar cabe ele relatar as evidências encontradas, mas, não é de sua responsabilidade fazer tal correção.

3. METODOLOGIA

Após definir e explorar inicialmente o tema deste artigo, foi possível perceber que a melhor metodologia a ser adotada e seguida será o estudo de caso. Quanto aos meios, utilizou-se como base a pesquisa bibliográfica, que utiliza fontes de informações já publicadas.

Essa pesquisa bibliográfica foi feita utilizando a coleta de dados, referência e pesquisa, que possui embasamento sólido e com demonstrativos que foram publicados pela empresa objeto do estudo.

Imagem 10 - Fachada de uma loja física da empresa Americanas



Fonte: Lojas Americanas.

O estudo de caso utilizado como meio de pesquisa foi a empresa Americanas, onde ela possui um controle interno que foi negligenciado. Demonstrando no início do ano sua fragilidade com rombo inicial de R\$20 bilhões, e atualmente já ultrapassando o montante inicial, chegando a R\$40 bilhões, o prejuízo gerado pela empresa é maior que sua receita operacional bruta.

Tamanho prejuízo gerado pela empresa Americanas, foi ocasionado pelo forfait, também conhecido como risco sacado, é uma forma de pagamento em que uma instituição financeira quita a dívida de uma empresa com seu fornecedor. Isso permite que a empresa obtenha um prazo maior para liquidar seu débito, agora com a instituição financeira em vez do fornecedor.

Embora seja uma prática atraente para postergar pagamentos e melhorar o fluxo de caixa, no entanto deve-se ter cuidado quanto à sua utilização. Pois em momento de juros elevados, impactará negativamente o resultado financeiro dessa companhia.

Como o controle interno da empresa Americanas vivenciou as desvantagens do uso do Forfait, será apresentado os principais benefícios do planejamento do controle interno, a relevância do levantamento de informações e o desenvolvimento de um plano de ação para retificar os demonstrativos divulgados erroneamente pela empresa Americanas.

3.1. Principais benefícios do planejamento do controle interno

O planejamento do controle interno traz uma série de benefícios para uma organização. Sendo o principal benefício a identificação e a mitigação de riscos. O planejamento do controle interno permite que uma organização identifique e avalie os riscos associados às suas atividades e implemente medidas para mitigá-los. Isso ajuda a reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos negativos que podem afetar a organização.

Além de proporcionar confiança nas informações financeiras, o planejamento do controle interno abrange controles sobre a preparação e divulgação das informações financeiras. Isso garante a precisão e confiabilidade dos relatórios financeiros, aumentando a confiança dos investidores, credores e outras partes interessadas na organização.

Em resumo, o planejamento do controle interno auxilia no suporte à tomada de decisões, fornecendo informações seguras e oportunas para a escolha do caminho que a gerência deve seguir. Isso permite que os gestores tenham uma visão clara dos riscos e oportunidades envolvendo suas decisões, permitindo a criação de ações e estratégias pela alta administração da empresa.

3.2. Levantamento de informações e solicitação de documentos

As etapas de levantamento de informações e solicitações de documentos tem como objetivo compreender a situação atual dos processos que foram analisados, visando atender aos seguintes objetivos:

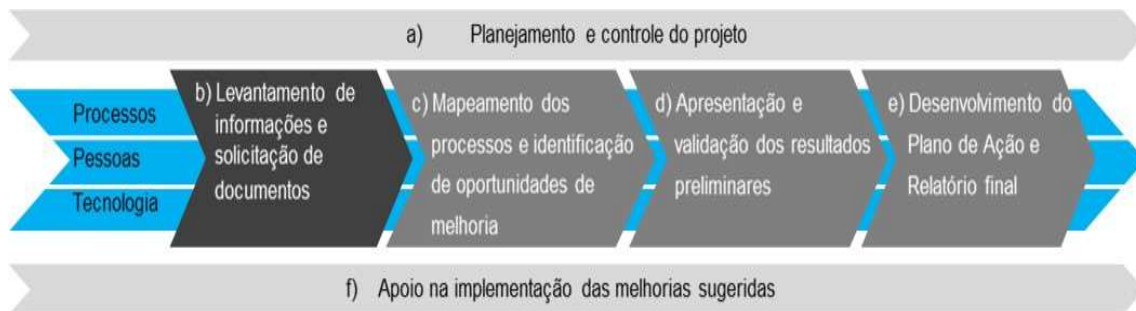
- Levantamento dos processos, políticas, normas de procedimentos formalizados;
- Levantamento do volume de transações e mapeamento dos processos atuais;
- Levantamento dos controles internos e das ações da Administração;
- Requisição de informações dos ciclos (processos) do Ambiente de Controles Internos administrativos e organizacionais anteriormente;
- Detalhamento do planejamento global inicial:
- Elaboração da relação com a solicitação da documentação a ser apresentada;
- Distribuição de tarefas para cada membro da equipe de consultores;
- Elaboração do calendário de visitas nos departamentos e setores da Empresa;
- Definição do período de escopo das análises; e
- Revisão dos prazos e tempos de execução dos trabalhos junto às áreas.

3.3. Desenvolvimento do plano de ação para retificação

No âmbito do controle interno, após realizar o levantamento de todas as informações relevantes e realizar testes para garantir sua veracidade, encaminha-se para a próxima etapa. Nessa fase, registra todas as dificuldades identificadas na empresa, juntamente com as soluções propostas para corrigir esses problemas, a fim de apresentá-las à governança.

Considerando a situação da empresa Americanas, seria preciso realizar a reclassificação da conta de fornecedores para empréstimo, onde seus juros serão classificados em despesas financeiras. Este plano de ação tem como objetivo apresentar uma proposta para a regularização das contas de fornecedores que utilizam essa conta risco sacado para ocultar empréstimos.

O plano também inclui a avaliação dos juros de curto prazo que devem ser pagos dentro de 12 meses, bem como a identificação dos impactos causados nas contas bancárias, de caixa e de estoque.



Fonte: Arquivo pessoal

4. ANÁLISE - IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORIAS

No caso da Americanas, ao realizar uma análise minuciosa internamente, seria possível identificar com precisão possíveis fraudes ou erros na área de maior risco e, em seguida, elaborar um plano de ação.

Utilizamos a área contábil e a conta fornecedores como parâmetro da pesquisa, devido a sua maior fragilidade, sofrendo o maior impacto ocasionado pelo Forfait.

Segundo o documento intitulado "comunicados e fatos relevantes", a Americanas S.A. ("Americanas" ou "Companhia"), em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022.

Este plano de ação tem como objetivo apresentar uma proposta para a regularização das contas de fornecedores de uma empresa que utilizou essa conta (risco sacado) para ocultar empréstimos. O plano também inclui a avaliação dos juros de curto prazo que devem ser pagos dentro de 12 meses, bem como a identificação dos impactos causados nas contas bancárias, de caixa e de estoque.

4.1. Identificação e classificação das contas

O primeiro passo é identificar e classificar corretamente as contas envolvidas. As contas de fornecedores devem ser ajustadas para refletir as obrigações reais com os fornecedores, enquanto os empréstimos devem ser separados e classificados adequadamente como passivos.

4.2. Regularização das Contas de Fornecedores

Para regularizar as contas de fornecedores, é necessário seguir as seguintes etapas:

Revisão dos registros contábeis: Verificar os lançamentos contábeis anteriores relacionados às contas de fornecedores e identificar os valores incorretamente

registrados. Esses valores devem ser transferidos para as contas apropriadas de empréstimos.

4.3. Avaliação dos Juros de Curto e Longo Prazo

Os empréstimos que foram incorretamente registrados como contas de fornecedores devem ser analisados para determinar os juros de curto e longo prazo. Essa avaliação deve ser realizada levando em consideração as seguintes etapas:

- a) Identificação dos empréstimos: Identificar todos os empréstimos incorretamente registrados nas contas de fornecedores. Revisar os contratos de empréstimo e extrair as informações relevantes, como prazos, taxas de juros e valores envolvidos.
- b) Classificação dos juros: Separar os juros de curto prazo, aqueles que devem ser pagos dentro dos próximos 12 meses, dos juros de longo prazo, que serão pagos após esse período.
- c) Cálculo dos juros: Realizar o cálculo dos juros de acordo com as taxas estabelecidas nos contratos de empréstimo. Essa análise permitirá determinar os valores precisos dos juros de curto prazo e de longo prazo que devem ser pagos.

4.4. Impactos nas contas bancárias, de caixa e de estoque

A utilização indevida da conta de fornecedores para ocultar empréstimos causa impactos nas contas bancárias, de caixa e de estoque da empresa. É necessário identificar esses impactos e tomar as medidas adequadas para corrigir a situação. As ações a serem consideradas incluem:

- a) Conciliação bancária: Realizar uma conciliação bancária para identificar as diferenças entre os saldos contábeis e os saldos bancários reais. Essa análise permitirá ajustar as contas bancárias afetadas.
- b) Ajuste de caixa: Realizar um ajuste na conta de caixa para refletir corretamente as movimentações financeiras ocorridas durante o período em que os empréstimos foram ocultados. Isso garantirá que o saldo de caixa seja preciso e transparente.

c) Avaliação do estoque: Revisar os registros contábeis relacionados ao estoque para identificar qualquer outro tipo de impacto decorrente dos empréstimos ocultados. Se necessário, fazer ajustes nos valores do estoque para refletir adequadamente as movimentações financeiras ocorridas.

4.5. Aporte de capital

O principal objetivo de um aporte de capital é fortalecer a estrutura financeira da empresa, proporcionando recursos para investimentos, expansão dos negócios, quitação de dívidas ou aumento da capacidade produtiva. Esse influxo de capital pode ser essencial para o crescimento e a sustentabilidade da empresa em longo prazo.

Imagem 12 - Ilustração de ampliação do capital



Fonte: Opeace Abogados

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a implementação eficaz do controle interno requer o estabelecimento de expectativas claras com a alta administração, a definição de um sistema de comunicação eficiente entre a empresa e a contratada, bem como a estruturação dos papéis e responsabilidades das equipes envolvidas. O levantamento de informações e a solicitação de documentos são etapas fundamentais para compreender a situação atual dos processos, políticas e normas, além de identificar os controles internos existentes.

A pergunta inicial foi respondida de forma satisfatória, uma vez que conseguimos demonstrar a eficácia do controle interno na redução do risco de fraudes contábeis. Além disso, alcançamos o objetivo geral de prevenir tais fraudes ao destacar a importância do controle interno na organização e utilizar a situação da empresa Lojas Americanas S.A. como exemplo, que sofreu grandes prejuízos devido ao não cumprimento das normas e à falta de um controle interno eficiente.

Ao traçar objetivos específicos, obtivemos sucesso ao abordar conceitos e medidas do controle interno no referencial teórico, incluindo o surgimento da auditoria externa e interna e a validação de testes e integridade das informações e dos controles. Fomos capazes de descrever os procedimentos técnicos relacionados ao controle interno, conforme estabelecido no terceiro objetivo, é apresentar o controle interno como uma forma de prevenir riscos e fraudes, conforme proposto no quarto objetivo.

Nossa pesquisa revelou formas eficazes e simples de melhorar o controle interno dentro da instituição pesquisada, por meio da aplicação de técnicas de melhoria. Enfatizamos que o controle interno é um pilar indispensável para todas as empresas, pois, quando aplicado corretamente, facilita não apenas as informações necessárias para as demais áreas, mas também possibilita a implementação de melhorias.

Concluimos e reforçamos que nossa pergunta inicial foi respondida e que todos os objetivos principais foram alcançados. Inserimos o desenvolvimento do plano de ação e o relatório final, pois são importantes para registrar as dificuldades identificadas na empresa e propor soluções para corrigir os problemas. Portanto, ao implementar as melhorias no controle interno e corrigir as irregularidades identificadas, a empresa

estará fortalecendo sua posição e estará preparada para enfrentar os desafios futuros com maior segurança e eficiência.

Em resumo, um controle interno eficaz requer um conjunto de medidas, desde o estabelecimento de expectativas e comunicação adequada até o levantamento de informações, desenvolvimento de plano de ação e implementação das melhorias necessárias. Tudo isso contribui para fortalecer a empresa, garantir a transparência das operações e a integridade financeira, promovendo um ambiente saudável e sustentável para o seu crescimento contínuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<http://www2.ifam.edu.br/instituicao/governanca-e-controle-interno/control-interno#:~:text=Controle%20Interno%20%C3%A9%20o%20conjunto,as%20unidades%20jurisdicionadas%20sejam%20alcan%C3%A7ados.>

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EMAE-98LHUM/1/monografia___controles_internos___nat_lia_damiani.pdf

Attie, William. **Auditoria: conceitos e aplicações** / William Attie. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

Benites, Tânia R. B **Auditoria** / Tânia R. B. Benites. – Londrina: Editora e distribuidora educacional S.A., 2017.

ATTIE, Willian. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC_TI_01**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ti-de-auditoria-interna/>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Auditoria de Processos Organizacionais: Teoria, Finalidade, Metodologia e Resultados Esperados**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, CARVALHO, L. Nelson. **Evolução da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos, FARIA, Ana Cristina de. Introdução à teoria da contabilidade para graduação. São Paulo, Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 2010.

<https://ri.americanas.io/informacoes-aos-investidores/comunicados-e-fatos-relevantes/>

<file:///C:/Users/Mateus%20Freitas/Downloads/Livro%20-%20Auditoria%20Um%20Curso%20Moderno%20e%20Completo%20-%20Marcelo%20Almeida.pdf>

<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ti-de-auditoria-interna/>

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

RIBEIRO FILHO, José. Estudando teoria da contabilidade/Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras -- 1º Edição, página 27.

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11851/1/PDF%20-%20Eduardo%20Lucas%20Ramos%20de%20Moura.pdf>

<https://www.sarandi.pr.leg.br/transparencia/controle-interno/legislacao-relacionada/nbc-t-16-8-controle-interno.pdf>